

O SR. ROMEU TUMA - PMDB - MANIFESTANDO-SE DA PRESIDÊNCIA - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, ouvintes da Rádio Assembleia, leitores do Diário Oficial do Poder Legislativo, senhoras e senhores que nos acompanham nas galerias, caros e queridos funcionários.

Policia é um vocábulo de origem grega, ‘politéia’, e derivou para o latim, ‘politia’, ambos com o mesmo significado: ‘governo de uma cidade, administração, forma de governo’. Com o passar do tempo, assumiu um sentido particular, ‘passando a representar a ação do governo, enquanto exerce sua missão de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra as violações e malefícios’.

Eu fiz esta preleção, Senhores Deputados, só para lembrar, para reavivar a memória de todos, sobre a importância da nossa Polícia Civil, que está comemorando neste ano 100 anos de existência.

Mas, Senhores Deputados, se a nossa Polícia Civil tem dignificado o serviço público e contribuído para a segurança de nossa população e, principalmente, para o desenvolvimento da prática da cidadania, o mesmo não podemos dizer dos seus dirigentes. O Governo do Estado não tem uma política eficaz para a área da segurança e muito menos uma política de valorização da Polícia Civil.

Só para os senhores terem uma idéia do tratamento que este governo dispensa à Polícia Civil, quero citar trechos do discurso do Sr. Marcelo Martins de Oliveira, Secretário Adjunto da Segurança Pública, quando esteve aqui nesta Casa no dia 15 de abril, participando da Sessão Solene em homenagem aos 100 anos da Polícia Civil. Em sua fala ele produziu um non sense quase puro, desvinculado da realidade imediata, digno do mais genuíno teatro do absurdo, chegando a fazer sombra, quicá, a Samuel Beckett ou a Eugène Ionesco. Ele estava representando o Governador do Estado, Geraldo Alckmin, bem como o Secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho.

Como ele não declinou o motivo do porquê da ausência do Governador do Estado, podemos imaginar como é grande a consideração que o mesmo devota pela nossa Polícia Civil...

Disse também que o Secretário de Segurança Pública não pode comparecer, pois se encontrava numa reunião com prefeitos: “Quero reiterar aqui o descontentamento e a tristeza do Senhor Secretário por não estar aqui presente para poder, na companhia dos senhores e das senhoras, comemorar esta data de extrema importância para a Polícia Civil de São Paulo.” E com pequenas confidências como esta que podemos perceber que algo está muito errado. A certeza veio quando ele disse alto e em bom tom: “Acredito que no passado existiram outros governos que tenham tratado a questão da Segurança Pública com tanta atenção e responsabilidade quanto este, mas desafio qualquer um dos presentes a me mostrar qual foi (...)”.

Mas o melhor ainda estava por vir, quando ele se referiu ao nosso salário: “Também não posso deixar consignar que pode, sim, existir no Estado de São Paulo quem defenda com muito afinco a questão salarial dos senhores e quem defenda de forma intransigente a questão salarial dos senhores. Mas duvido que haja quem o faça de forma mais intensa do que o próprio Secretário de Segurança Pública.”

Tal como em “O Rinoceronte”, de Ionesco, o Secretário-Adjunto começou a falar dos grandes culpados pela falta de segurança: “Não é possível o cidadão continuar olhando e fiscalizando o filho do vizinho, deixando seu próprio filho consumir drogas dentro do seu próprio quarto, sob o argumento de que ‘prefiro que consuma drogas aqui dentro a ele sair para consumir drogas lá fora’. Não é possível assistirmos a essa situação em que grandes empresários cobram da polícia o aumento do roubo de cargas e a polícia acaba prendendo grandes empresários comprando cargas roubadas. Não se tem notícia de nenhum Robin Wood que passe por aí roubando caminhões de geladeiras, microondas, fogão, televisão para distribuir aos pobres. E ao mesmo tempo constatamos que há uma compactuação tácita no lucro fácil. É preciso demonstrar ao empresário que passando esse dinheiro ao crime organizado ou à facção criminosa, como nos explicou o ilustre Delegado Geral, acaba incentivando o crime que amanhã poderá bater na porta da sua casa e sequestrar seu filho.”

Brilhante? Mas tem mais: “Não é possível questionar da polícia o roubo de condomínios quando se constata que qualquer edifício, da mais alta categoria que seja, tem na sua portaria um indivíduo absolutamente despreparado e, ainda que questione quem está entrando dentro do automóvel, recebe uma dura crítica do condômino para abrir logo a garagem, pois está com pressa. Se não fizermos uma reflexão nesse sentido, não vamos conseguir melhorar essa situação. Se não conseguirmos convencer a sociedade para não adquirir produtos piratas, como CDs piratas, não vamos conseguir melhorar essa situação.”

Portanto, segundo o Secretário-Adjunto, os grandes culpados pela falta de segurança são:

1. A dona de casa que compra CD mais barato do ambulante;
2. O pai de família que tem um filho viciado;
3. Os transportadores de carga, que levam o progresso para o país (pelo roubo de cargas);
4. A população como um todo.

Na peça “O Rinoceronte”, de Ionesco, numa corriqueira cena de rua parisiense, do nada, passa um rinoceronte correndo. O povo, quase em uníssono, se surpreende, mas a vida continua. Também continuam, porém, a aparecer rinocerontes. E isto serve de pretexto para muitas conversas sobre a possível origem destes rinocerontes, e até sobre se tudo não passaria de ilusão. Um especialista em lógica é consultado, mas suas elucubrações são tão absurdas que incluem até a teoria de que o filósofo Sócrates na verdade teria sido um gato. Outro personagem chega à conclusão de que os rinocerontes vistos não passam de fruto da imaginação, e mesmo quando confrontado com um dos paquidermes recusa-se a admitir que está vendo um deles. Mais tarde, quando já é impossível negar, ele se apresenta como um dos primeiros a ter estudado a questão.

É com pequenos episódios como este que Ionesco vai construindo em “O Rinoceronte” um painel de tipos que todos nós bem conhecemos. Em meio a todos estes rinocerontes e às teorias que os cercam, está o protagonista que parece ser o único a perceber que algo está muito errado, o primeiro a sentir a verdade sobre a origem de tantos rinocerontes, o primeiro a levantar a voz contra a corrente de inutilidades proferidas pelos outros personagens. E é tanto a cegueira quanto a recusa em ver que condena a todos, que os destina a fecharem o círculo transformando-se eles mesmos em rinocerontes.

Falaram naquela Sessão Solene até em mudança do Hino da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Isso é no mínimo um desrespeito, principalmente no ano de comemoração de 100 anos de nossa instituição. Além de lutarmos pela melhoria das condições de trabalho, de salário, nós precisamos preservar a nossa história, a memória de nossa instituição e as nossas melhores tradições.

O SR. PRESIDENTE - ROMEU TUMA - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Luis Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Mentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rodolfo Costa e Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ítalo Cardoso. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Hamilton Pereira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Arcaño. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo “Bispo Gê” Tenuta. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Vanderlei Siraque. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o

nobre Deputado Geraldo Lopes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Afanasio Jazadji. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Almeida. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Tobias.

Srs. Deputados, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre Deputado Jonas Donizette.

O SR. JONAS DONIZETTE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, inicialmente quero cumprimentar a companheira Nivete, do PSB. Muito me alegra vê-la nesta Casa acompanhada de moradores da cidade de Conchal. Sejam bem-vindos. A companheira Nivete fez um belo trabalho quando se candidatou à Prefeitura de Conchal, honrou o nome do PSB, fez uma campanha limpa, propositiva. É um quadro muito importante no nosso partido. Um abraço a você Nivete, a seu esposo Luis e a todos os moradores da cidade de Conchal.

Sr. Presidente, ontem comentava com V. Exa. e com os nobres Deputados Edmir Chedid e Baleia Rossi que concluímos a segunda sessão extraordinária às duas horas da madrugada. Votamos vários projetos de Deputados e quero ressaltar o projeto da cobrança do uso da água. Muitos Deputados falaram sobre esse projeto, mas temos de diferenciá-lo.

Esse projeto está parado nesta Casa há 10 anos e ontem conseguimos votá-lo. Já existe por parte do Governo Federal a cobrança de dois centavos dos rios que pertencem à bacia hidrográfica sob sua responsabilidade. Com o projeto aprovado ontem instituiremos a cobrança de um centavo por metro cúbico de água captada, podendo cobrar até três vezes do despejo, que não poderá ter poluição, precisará de um tratamento. Essa cobrança recairá de forma mais acentuada sobre empresas de grande porte que utilizam a água.

Hoje pela manhã alguém comentou comigo que, por exemplo, uma indústria de cerveja se instala onde existe um manancial de água; com a água faz a cerveja e a vende. Por que ela não pode pagar para a sociedade essa água que está usando? Esse dinheiro vai ser investido nas bacias hidrográficas para a recuperação dos nossos rios.

A água é um bem finito. Temos de cuidar dela. Estamos presenciando no mundo atual grande guerra de poder por combustível, por fontes de energias. Quando fiz uso da tribuna ontem comentava que Deus abençoou o homem com inteligência que o permite encontrar fontes alternativas. Já temos no nosso país, por exemplo, os carros flex, com sistema bicombustível, que podem ser usados com gasolina ou com álcool combustível.

E a água? Não conseguimos um produto que substitua a água para a vida humana. Esse projeto que aprovamos ontem vai dar condição para os municípios investirem na recuperação dos rios. Temos históricos pelo mundo de países que tinham rios em perímetros urbanos totalmente poluídos e foram revitalizados, voltaram a ter vida, peixes, água com qualidade. Por que não podemos almejar isso no nosso país?

Quero ressaltar ainda que esse projeto prevê a tarifa de água social, isentando os consumidores de baixa renda. Mesmo os que tiverem um grande consumo de água em suas residências pagariam cerca de cinco centavos no mês. A cobrança recai de forma mais efetiva nos grandes consumidores industriais, que na verdade, são os responsáveis pelo grau de poluição que atingiu nossas águas.

Sr. Presidente, ressalto ainda que na questão da agricultura a cobrança só irá começar a partir do ano 2010, para que os nossos agricultores possam ir se preparando para esse novo arranjo no que diz respeito ao uso da água. Essa cobrança recai apenas sobre grandes produtores rurais, isentando o pequeno e o médio agricultor.

Assim, quero cumprimentar, de uma forma especial, todos os Deputados que se envolveram e o Presidente Rodrigo Garcia, que empreendeu a sua energia de trabalho e a sua capacidade de articulação, enquanto Presidente desta Casa, no sentido de que esse projeto fosse votado. Vários outros Presidentes que passaram por este Parlamento deram também a sua contribuição, mas efetivamente foi na Presidência do Deputado Rodrigo Garcia que o projeto da cobrança de recursos hídricos foi aprovado. Tenho certeza de que isso dará uma repercussão muito positiva, principalmente em relação ao meio ambiente.

Mais uma vez a minha saudação a todos os visitantes da cidade de Conchal. Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - ROMEU TUMA - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Sr. Presidente; Srs. Deputados; público que nos honra com a sua presença vindo lá da distante Conchal, seja sempre bem vindo; sras. e srs. Telespectadores: ontem a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo lavrou um grande feito com a aprovação do projeto de lei que regula as bacias de água do Estado de São Paulo.

Este Deputado também vibra com a forma como foi aprovada, porque foi um consenso, uma batalha muito grande. Eu também tive o meu quinhão. Fui o autor da emenda que procurava isentar a agricultura das taxas referentes ao uso da água. A minha emenda foi acatada, através de uma subemenda e vibro com isso.

Os jornais estão noticiando que o Brasil antecipou e liquidou uma dívida com o FMI de, mais ou menos, 15 bilhões de dólares e que deveria vencer no ano de 2007. Isso fará com que o Brasil economize aproximadamente um bilhão de dólares em juros. A notícia aparentemente é muito boa, mas podem estar embutidas conseqüências drásticas em alguns aspectos para o nosso país, porque, enquanto estamos liquidando uma dívida com o FMI, a União está deixando de pagar ao Estado de São Paulo aproximadamente 900 milhões de reais referentes à Lei Kandir.

Público que nos honra com a sua visita e srs. telespectadores, não podemos nos esquecer que esse superávit existente na balança de pagamento, basicamente, é em decorrência do trabalho da nossa agricultura e do agronegócio que fizeram com que a balança fosse superavitária e, em decorrência, tivéssemos um ingresso de dólares acima da saída de dólares.

Ora, os exportadores estão ansiosos e necessitando de reposição daquilo que o Governo Federal deve ao Estado de São Paulo, pelos créditos decorrentes do ICMS sobre a exportação. Isso fará com que a safra vindoura sofra as conseqüências do atraso. Os agricultores e os envolvidos na agroindústria não terão recursos para resolver os seus compromissos e serão obrigados a recorrer a empréstimos bancários e sabemos que os juros estão pela hora da morte.

Assim, dentro desse quadro, este Deputado faz um apelo ao Presidente da República para que não deixe morrer a “galinha de ovos de ouro” que é a agroindústria do Estado de São Paulo. Sei que esse brado de alerta é muito pouco face às necessidades da nossa agroindústria, porém sei também que outros Deputados, principalmente da Bancada do Partido dos Trabalhadores, conhecem o tipo de problema que a agroindústria está enfrentando. Por isso, acredito que esse apelo merecerá crédito por parte das autoridades da economia e de finanças do nosso Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROMEU TUMA - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Hamilton Pereira.

O SR. HAMILTON PEREIRA - PT - Sr. Presidente, nobre Deputado Romeu Tuma, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha das galerias, sras. e srs. do município de Conchal, recebam as boas vindas deste Deputado, gostaria também de dizer da minha satisfação, assim como outros Deputados já se pronunciaram desta tribuna com a votação de um conjunto razoável de projetos, ontem, à noite, encabeçados pelo projeto que institui no Estado de São Paulo a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Esse projeto é uma conquista, é de autoria do Sr. Governador do Estado e se encontrava há vários anos nesta Casa. Pletteávamos pela sua aprovação tanto quanto os prefeitos do interior do Estado, porque os recursos advindos da cobrança da utilização dos recursos hídricos serão destinados aos comitês de bacias para serem utilizados na preservação dos nossos mananciais, na preservação do meio ambiente e, enfim, na preservação das bacias hidrográficas. Isso é um avanço para o meio ambiente no Estado de São Paulo.

Também estou muito satisfeito porque um conjunto razoável de projetos, de autoria dos Srs. Deputadas e das Sras. Deputadas, foi aprovado na noite de ontem. Assim, avançamos a passos largos para limparmos da pauta todas essas demandas que são muito cobradas, e justificadamente, pelos Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas, para que possamos finalmente votar aqui, no plenário desta Casa, o projeto de lei orçamentária para 2006.

É importante que votemos o projeto de lei orçamentária, inclusive, com a adição de todas as emendas apresentadas pelos Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas, porque beneficiam as cidades do interior do Estado.

Foram realizadas 49 audiências públicas pela Comissão de Finanças e Orçamento. Essas audiências públicas, interagindo com os prefeitos do interior do Estado, com os vereadores e com as organizações não-governamentais, proporcionaram uma produção muito boa de emendas que privilegiam e atendem a necessidades dos municípios do interior do Estado de São Paulo, sobretudo os pequenos municípios.

Portanto, quero aqui parabenizar os Deputados pelo acordo ontem, no Colégio de Líderes, que propiciou essa votação boa para o Estado, boa para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, porque dessa maneira justifica o seu trabalho perante toda a população do Estado de São Paulo, que nos escolheu para elaborarmos leis e para fiscalizarmos os atos do Poder Executivo.

Queremos votar o Orçamento com todas as emendas dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, para darmos ao povo do Estado de São Paulo uma destinação correta, uma destinação conseqüente de todos os recursos amealhados pelo caixa do Estado de São Paulo exatamente a partir da contribuição dos contribuintes que pagam os seus impostos em dia, pagam as suas taxas e, portanto, querem que esses recursos sejam distribuídos de forma justa, atendendo a todas as reivindicações e necessidades das cidades do interior do Estado de São Paulo.

Por fim, gostaria de parabenizar o município de Votorantim, que acaba de completar 42 anos de emancipação política e administrativa. Foi uma festa muito bonita. Quero também parabenizar o Prefeito Jair Cassola e o Vice-Prefeito Carlos Augusto Pivetta pela bonita festa que proporcionaram.

Votorantim vem se notabilizando pela sua política na área cultural, dando um exemplo para toda a região de Sorocaba no que diz respeito à construção de uma política saudável na área da Cultura e da Educação. Por sinal, a Secretaria de Educação é dirigida pelo Vice-Prefeito do município de Votorantim, Carlos Augusto Pivetta.

Parabéns ao Prefeito e ao Vice-Prefeito de Votorantim, que têm se emerso para fazer com que a cidade cresça, desenvolva-se e progrida, dando mais oportunidades e qualidade de vida aos cidadãos. Parabéns a todos que visitam a Assembleia Legislativa hoje, notadamente os cidadãos de Conchal.

O SR. PRESIDENTE - ROMEU TUMA - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Souza Santos. (Pausa.) Tem a palavra a nobre Deputada Beth Sahnó. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ubiratan Guimarães. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlinhos Almeida. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Milton Flávio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Giba Marson. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Arcaño.

O SR. SEBASTIÃO ARCANJO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputado, quero aproveitar esta oportunidade para comentar com a população de São Paulo a entrevista que o Governador Geraldo Alckmin deu ao programa Roda Viva nesta segunda-feira.

Quem assiste ao meu pronunciamento poderia entender que, por coincidência ou pela natureza do tema que vou abordar, o fato que trago ao plenário poderia ser algo articulado com os Deputados da oposição desta Casa ao governo de São Paulo.

Coincidentemente, ontem e hoje o jornal “Correio Popular”, de Campinas, trouxe matérias importantes no que diz respeito às questões da violência urbana, da segurança pública e da superlotação das cadeias nas cidades da região metropolitana. Das 19 cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas, 15 estão com as cadeias superlotadas.

Estou externando essa preocupação, Deputado Conte Lopes - que sempre tem ocupado esta tribuna para expor questões que envolvem Segurança Pública, que confesso não ser a minha especialidade, porque me chamou a atenção o fato de o Governador de São Paulo ter afirmado naquele programa que a situação em São Paulo estava resolvida. Perguntado com relação à superlotação dos distritos policiais, das cadeias, dos presídios, o Governador disse que está tudo resolvido, Deputado Mário Reali. Estou lembrando isso porque sei que em Diadema também existem problemas dessa natureza.

Parece-me que a maquiagem institucional feita no Palácio dos Bandeirantes é tentar apresentar como solução aquilo que foi feito na capital do Estado. Reconhecemos que na capital os distritos policiais estão sendo esvaziados. Há, na capital, um grave problema no sistema prisional, ou não é verdade que as rebeliões e as fugas continuam acontecendo?

Está ocorrendo uma transferência do problema da capital para o interior. O Governador comemora a desativação do Carandiru. Ele transferiu praticamente doze mil presos para a Região Metropolitana de Campinas, no complexo que está na divisa entre Campinas, Hortolândia e Sumaré. Ele tirou o problema da capital, vai construir no local um parque da juventude e transferiu o problema para esses três municípios, com o agravante de não ter feito nenhuma contrapartida do ponto de vista de investimento social.

A cidade de Hortolândia, por exemplo, luta para que investimentos voltados sobretudo para políticas voltadas para os jovens sejam feitos, dando-lhes oportunidade de trabalhar nas indústrias de tecnologia de ponta que estão se transferindo ou que já ocupam as plantas fabris da nossa região.

Seria extremamente importante que fôssemos contemplados com uma Fatec, pleito de uma grande multinacional instalada na nossa região, que depende de mão-de-obra para ocupar postos de trabalho e não pode fazê-lo porque não há instrumento de incentivo à escolarização, sobretudo, que permita a esses jovens conquistar esses empregos.

Não sei se houve intenção dos jornalistas de não polemizarem com o Governador, já que aquela entrevista parecia um jogo meio combinado. Em alguns momentos, parecia que era uma grande festa, um grande encontro, um grande evento apenas para anunciar ao Brasil e ao povo de São Paulo que ele era candidato, principalmente aos estados vizinhos, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde o Governador é pouquíssimo conhecido.

Aliás, os números que ele tem nas pesquisas devem-se precisamente ao peso de São Paulo. Os jornais estão anunciando isso porque, desesperadamente, parece que o outro candidato do PSDB correu a uma outra emissora de televisão da capital para disputar com o Governador o espaço na mídia, no horário nobre, para anunciar que eles estão numa disputa dentro do chamado ninho tucano. Eles querem dizer que é uma disputa civilizada, mas como diz o português claro: o pau está comendo no ninho dos tucanos.

Os tucanos vêm a esta tribuna o tempo todo reclamar que o Governo Federal não repassa recursos, criticando inclusive o Rodoanel. O Governo do Estado anuncia que a integração do Bilhete Único em São Paulo está sendo dificultada por conta da disputa entre o Governador de São Paulo, que coordena o Metrô, e a Prefeitura de São Paulo, com os seus técnicos. A disputa política dentro do PSDB está impedindo que a população de São Paulo tenha acesso ao Bilhete Único. Nesse caso, eles não podem colocar culpa no Presidente Lula.

Alguns, equivocadamente, tentam colocar que o problema do Ibama, quando se diz que há que se respeitar as comunidades indígenas, é um problema menor. “Matem esses 900 índios!”, alguns jornalistas, inclusive, chegaram a dizer isso nos meios de comunicação para tentar responsabilizar o Presidente Lula pelo atraso nas obras do Rodoanel.

Todos os jornais hoje estão comentando, de maneira positiva, o fato de a nossa população indígena ter crescido. Os índios estão adquirindo consciência dos seus direitos e estão se auto-declarando - e com grau elevado de escolaridade, o que é importante.

Na verdade, São Paulo precisa de um programa para atender às comunidades indígenas, que foram massacradas historicamente no Estado de São Paulo e no Brasil desde quando aqui os colonizadores chegaram.

O Ibama é órgão técnico de fiscalização. Poderíamos dizer que na cidade de Campinas o problema para a ampliação do Aeroporto de Viracopos é a Cetesb, quando, na verdade, a Cetesb é um órgão técnico e tem de ser levada em consideração a sua opinião.

Por isso, quero deixar registrado que o Governador mentiu na televisão, ontem, ao dizer que tinha equacionado o problema da superlotação das cadeias nos municípios do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - ROMEU TUMA - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria concordar com o Deputado Sebastião Arcaño, que fez referência ao Governador Geraldo Alckmin.

Em São Paulo estamos bem, tanto de Prefeito como de Governador do Estado. A preocupação de ambos é viajar o Brasil afora, procurando apoio para ver quem consegue sair candidato a Presidente pelo PSDB. Está difícil encontrar o Governador e o Prefeito em São Paulo nos últimos dias. Tenho certeza de que essa situação irá se estender.

Percebemos que as coisas vão acontecendo: escândalo e desvio de leite, problemas na DHJU, no transporte da cidade de São Paulo. A cidade está esquecida e isso vai se acumulando. Não sei como será até o março com essa guerra interna entre eles, com a cidade e o estado desgovernados e abandonados.

Eu recebi no meu gabinete uma comissão de moradores das regiões de Taboão da Serra e de Campo Limpo, que criaram a Associação dos Moradores, e que cuidam do problema de enchente do rio Pirajussara, que é frequentemente divulgado com destaque pela imprensa. Não foi nem uma nem duas vezes que o Prefeito, e principalmente o Governador, se reuniram com subprefeitos e prefeitos da região para oferecer soluções acabadas para o problema daquele rio. Percebemos que a cada chuva na capital de São Paulo o problema se repete, e a população da região sofre muito porque o problema da enchente não é resolvido.

Passo a ler a Declaração dos moradores da região do rio Pirajussara, que foi entregue a mim pedindo uma solução para o problema da enchente:

“Declaração dos Moradores da Região do Rio Pirajussara
Nós, moradores da região do Pirajussara, que há anos sofremos com as enchentes, reunidos em Plenária no último dia 18 de novembro, vimos às autoridades competentes solicitar que se dê solução definitiva para esse problema que nos afeta diretamente, mas que também afeta milhares de paulistanos que têm seus trajetos interrompidos pelas enchentes e alagamentos, com prejuízos enormes para a cidade.

Senhores, nossa região foi esquecida pelo poder público que não preservou as margens do rio, permitindo que trabalhadores sem alternativa de moradia lá se instalassem. Foi esquecida pelos planos de urbanização que não garantiram recursos para a canalização do córrego e execução de outras obras que eliminassem ou, pelo menos, reduzissem as enchentes. Foi esquecida pelos ambiciosos planos de saneamento que não prevêm a limpeza dos rios da nossa região e que nos fazem permanentemente viver ao lado do esgoto a céu aberto.

Diante disso é que reivindicamos, por consenso da nossa Plenária, os seguintes pontos:

1. Elaboração de projeto de canalização e de estudo profundo para uma solução definitiva das enchentes do Pirajussara desde a Estrada de Campo Limpo até a sua nascente, que evite as enchentes e preserve as suas margens com verbas no orçamento e previsão de término.
2. Solução de moradia (discutida com os interessados) para aqueles que vivem ao lado do córrego ou sobre ele.
3. Efetivação das obras já contratadas pela Prefeitura de São Paulo de execução de diques na região do Jardim D’Orly e Parque Esmeralda.
4. Eliminação dos gargalos de enchente localizados em determinados pontos do córrego Pirajussara (ou em seus afluentes), através da realização de pequenas obras; da construção ou alteamento de pontes, por exemplo.
5. Extensão do coletor tronco de esgoto até a nascente do rio Pirajussara visando à redução da quantidade de esgoto lançada em seu leito.
6. Discussão com a população sobre os projetos previstos para a região como piscinões - garantindo a qualidade de vida no seu entorno, assim como a preservação do meio ambiente.
7. Limpeza periódica dos piscinões existentes, garantida pelo Governo do Estado.
8. Destinação de recursos para projetos de limpeza e preservação de áreas ainda não ocupadas nas margens do rio.
9. Apresentação de cronograma de ações considerando obras/atividades de curto, médio e longo prazos, visando a solução dos problemas causados pelo Pirajussara.

Esperando que nossas reivindicações possam contar com a atenção merecida, subscrevemo-nos.

Lista das entidades, associações e igrejas que assinam este documento:

- Assoc. dos Moradores da Cohab Sítio Pirajussara
- Assoc. dos Moradores do Jq. Fabiano (Embu)
- Assoc. dos Moradores do Jd. Irapiroanga
- Assoc. dos Moradores do Jd. Rosana
- Assoc. dos Moradores do Jd. São Mateus (Taboão da Serra)
- Assoc. dos Moradores do Pq. Fernanda
- Assoc. Comunitária dos Moradores do Pq. Sônia
- Assoc. de Moradores Jd. Magdalena
- Assoc. Pró Moradia Pq. Fernanda
- CCPP - Combate As Enchentes no Pirajussara e Poá
- Condomínio Novo Pirajussara
- Condomínio Village Morumbi
- Diocese de Campo Limpo
- Fórum de Ação Sócio-Transformadora e Desenvolvimento Capão Redondo
- Igreja Assembleia de Deus do Jd. Marciano
- Igreja Universal do Reino de Deus - Jd. Macedônia
- Moradores do Jd. Marciano
- Moradores do Jd. Maria Sampaio
- Paróquia Cristo Rei - Pq. Fernanda
- Paróquia Imaculado Coração de Maria - Jd. Macedônia
- Paróquia Santa Cruz - Umarizal
- Paróquia Santo Antônio - Jd. Lilah/Jd. Irapiroanga/Jd. Irene